



1) O imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza deve ser informado pelos seguintes critérios, exceto:

- a) seletividade;
- b) progressividade;
- c) generalidade;
- d) universalidade

2) Sobre a exportação de serviços:

- a) Pode incidir o imposto de exportação
- b) Não pode incidir o imposto de serviço da competência municipal por força de imunidade constitucional
- c) Não pode incidir contribuição de intervenção no domínio econômico por força de imunidade constitucional
- d) Não pode incidir o ICMS, imposto da competência estadual, por força de isenção heterônoma concedida por lei complementar

3) Nas importações de combustíveis:

- a) Não pode incidir o imposto de importação
- b) Pode incidir o ICMS, imposto da competência estadual
- c) Não pode incidir contribuição de intervenção no domínio econômico, cuja alíquota seja diferenciada em relação ao uso do mesmo tipo de combustível
- d) Não podem incidir contribuições à seguridade social

4) Em relação à tributação da propriedade territorial:

- a) As alíquotas do IPTU e do ITR podem ser progressivas no tempo para os imóveis não adequadamente aproveitados nos termos das leis, respectivamente, municipal e federal;
- b) Além da progressividade no tempo, há diferenças nos demais critérios de progressividade do IPTU e do ITR. No primeiro imposto, o critério é o valor do imóvel; no segundo, o critério é a área do imóvel.
- c) As pequenas residências urbanas são imunes ao IPTU e as pequenas glebas rurais são imunes ao ITR, desde que, em ambos os casos, o proprietário não possua outro imóvel;
- d) Enquanto o IPTU é da competência legislativa dos municípios, o ITR é da competência federal, mas ambos são fiscalizados e arrecadados pelos municípios e não pela União.

5) No tocante à tributação sobre produção e consumo:

- a) O ICMS não compreenderá, na sua base de cálculo, o montante do imposto sobre produtos industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configure fato gerador dos dois impostos;
- b) o ICMS e o IPI não podem incidir sobre uma mesma operação por violar o princípio constitucional da vedação à bitributação;
- c) Quando uma mesma operação configurar fato gerador do IPI e do ICMS, os dois impostos só podem incidir se suas bases de cálculo corresponderem a parcelas distintas do valor da operação;
- d) Por força do preceito da seletividade, a isenção de IPI estende-se para o ICMS.

6) Com relação ao imposto sobre a transmissão onerosa de bens imóveis:

- a) compete ao município do registro do negócio;
- b) não incide sobre a transmissão de bens incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital;
- c) compete ao estado da situação do bem;
- d) não incide sobre a transmissão de bens decorrente de incorporação, ainda que a atividade preponderante do adquirente seja a compra e venda desses bens.

7) Quanto ao imposto sobre serviços de qualquer natureza, assinale a alternativa incorreta:

- a) a lei complementar de definição dos serviços sujeitos à tributação pelo ISS não pode conter como serviços sujeitos à incidência do ISS, o transporte intermunicipal de passageiros;
- b) compete à lei complementar regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais do ISS serão concedidos e revogados;
- c) compete à lei complementar fixar suas alíquotas máximas e mínimas do imposto, mas, enquanto não forem fixados os patamares mínimos de alíquota, a alíquota mínima será de 2% para a maioria dos serviços com exceção de alguns, conforme disposto no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
- d) Não incidirá sobre serviços de registros públicos, cartorários e notariais.



8) As contribuições à seguridade social a cargo das empresas poderão ter suas alíquotas diferenciadas em função dos seguintes critérios, exceto:

- a) atividade econômica
- b) utilização intensiva de mão-de-obra
- c) porte da empresa
- d) localização da empresa

9) No tocante às contribuições sociais:

- a) podem incidir na importação de serviços
- b) devem ter alíquota *ad valorem*, sendo vedada, portanto, a adoção de alíquotas específicas;
- c) não podem incidir na importação de mercadorias
- d) a incidência monofásica só pode ser estabelecida por lei nas hipóteses expressamente previstas na Constituição Federal.

10) Assinale a alternativa com uma proposição incorreta:

- a) O direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder é assegurado a todos, independentemente do pagamento de taxas;
- b) As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos;
- c) Para conceder isenção de taxa decorrente do exercício do poder de polícia por órgão da União, basta a inclusão da medida em qualquer lei ordinária aprovada pelo Congresso Nacional. Tal expediente, contudo, não pode ser concedido diretamente por ato do Poder Executivo.

11) Não é proibido à União:

- a) estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
- b) conceder incentivos fiscais exclusivos para empresas públicas e sociedades de economia mista, ainda que atuem na ordem econômica.
- c) tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações.
- d) instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

12) Não pode entrar em vigor imediatamente na data da publicação da lei que adotou a medida:

- a) aumento do IPI;
- b) redução do imposto de renda;
- c) aumento da base de cálculo do IOF
- d) redução da base de cálculo do IPTU

13) O regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios como meio de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno não deve:

- a) ser opcional para o contribuinte
- b) ter condições de enquadramento diferenciadas em razão da localização da empresa
- c) possibilitar a retenção da parcela de recursos pertencentes aos respectivos entes federados
- d) possibilitar a fiscalização compartilhada, devendo a lei complementar estabelecer o ente federado responsável por esta atividade

14) Compete à lei complementar, exceto:

- a) fixar a alíquota máxima do imposto sobre transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos
- b) dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- c) regular as limitações constitucionais ao poder de tributar;
- d) estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária.

15) Salvo disposição em contrário, entram em vigor:

- a) os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas, na data da sua publicação;
- b) as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, quanto a seus efeitos normativos, 45 (quarenta e cinco) dias após a data da sua publicação;
- c) os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, 30 (trinta) dias após a data da sua publicação;
- d) as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas, na data da sua verificação.



16) Conforme disposto no Código Tributário Nacional, na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará os seguintes métodos de integração, exceto:

- a) analogia;
- b) princípios gerais de direito privado;
- c) equidade;
- d) princípios gerais de direito tributário

17) Assinale a alternativa correta quanto ao lançamento:

- a) Abrange o tributo, mas não a sanção pecuniária;
- b) É indispensável para o recebimento do crédito, inclusive nas hipóteses de consignação em pagamento e de conversão do depósito em renda;
- c) Na modalidade por homologação, é dever do sujeito passivo pagar, sem que o fisco tenha previamente examinado a matéria ou cobrado o tributo;
- d) O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo somente poderá ser alterado por iniciativa de ofício da autoridade administrativa;

18) Quanto ao tema da responsabilidade tributária, assinale a alternativa correta:

- a) Lei municipal não pode atribuir à União a condição de responsável tributária pela retenção do imposto sobre serviços de qualquer natureza.
- b) Uma vez estabelecidos por lei todos os critérios essenciais da regra matriz de incidência tributária, inclusive o contribuinte do tributo, a condição de responsável tributário pode ser fixada por decreto do Chefe do Poder Executivo.
- c) A responsabilidade por infrações é excluída pela denúncia espontânea da infração, independentemente do pagamento do tributo.
- d) Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade de bens imóveis sub-rogam-se, no caso de arrematação em hasta pública, sobre o respectivo preço.

19) Sobre o tema da obrigação tributária, assinale a alternativa correta:

- a) O dever de pagar multa e juros corresponde a obrigação tributária acessória;
- b) Toda obrigação tributária acessória pressupõe, ao menos, uma obrigação tributária principal;
- c) A obrigação tributária principal não abarca deveres de fazer;
- d) A obrigação tributária acessória também deve atender ao princípio da legalidade estrita;

20) Quanto ao sujeito ativo da obrigação tributária, assinale a alternativa incorreta:

- a) Salvo disposição de lei em contrário, a pessoa jurídica de direito público, que se constituir pelo desmembramento territorial de outra, sub-rogase nos direitos desta;
- b) Salvo disposição de lei em contrário, a pessoa jurídica de direito público, que se constituir pelo desmembramento territorial de outra, aplicará a legislação tributária desta até que entre em vigor a sua própria;
- c) A capacidade tributária ativa pode ser delegada pela pessoa política detentor da competência tributária
- d) Haverá solidariedade ativa, quando duas pessoas de direito público forem titulares da capacidade para exigir o cumprimento da mesma obrigação tributária principal.

21) O domicílio tributário:

- a) É, em regra, do tipo domicílio voluntário;
- b) É domicílio legal fixado por lei complementar;
- c) É domicílio legal fixado pela lei da pessoa política detentora da competência para criar o tributo;
- d) É domicílio legal, passível de ser alterado pela autoridade administrativa segundo seu juízo de oportunidade e conveniência;

22) Suspendem a exigibilidade do crédito tributário, exceto:

- a) moratória;
- b) isenção;
- c) depósito do montante integral
- d) concessão de medida liminar em mandado de segurança

23) A importância de crédito tributário não pode ser consignada judicialmente pelo sujeito passivo:

- a) quando discute, na via administrativa ou judicial, a legalidade da cobrança que lhe é imputada;
- b) no caso de subordinação do recebimento ao cumprimento de obrigação acessória;
- c) no caso de exigência, por mais de uma pessoa jurídica de direito público, de tributo idêntico sobre um mesmo fato gerador;
- d) no caso de recusa de recebimento ao pagamento de penalidade.



24) Quanto a isenções tributárias, assinale a alternativa incorreta:

- a) A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.
- b) A isenção pode ser extensiva aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.
- c) A isenção concedida por prazo certo não pode ser revogada ou modificada por lei.
- d) A isenção não alcança fatos geradores ocorridos anteriormente à sua instituição.

25) Na falência,

- a) o crédito tributário prefere aos créditos extraconcursais;
- b) o crédito tributário prefere às importâncias passíveis de restituição;
- c) o crédito tributário prefere aos créditos com garantia real, uma vez superado o limite do valor do bem gravado
- d) a multa tributária não prefere aos créditos subordinados.

26) É vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades. Todavia, não é vedada a divulgação de informações relativas a:

- a) representações fiscais para fins penais;
- b) isenções e anistia;
- c) valores decorrentes de decisão administrativa irreformável;
- d) requisição de autoridade administrativa para fins de instruir processo licitatório;

27) Compete aos Estados instituir:

- a) Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública
- b) Contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, do serviço de saúde
- c) Imposto sobre doação de bens imóveis
- d) Imposto Territorial Rural

28) Assinale a alternativa incorreta sobre a tributação da energia elétrica:

- a) O ICMS não pode incidir sobre operações que destinem energia elétrica a outros estados;
- b) O Imposto de Exportação pode incidir sobre operações que destinem energia elétrica a outros países;
- c) A incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados sobre a energia elétrica é monofásica e na etapa de geração;
- d) A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS – pode incidir sobre receitas decorrentes de operações com energia elétrica.

29) Com relação à dívida ativa, assinale a alternativa correta:

- a) A inscrição do crédito em dívida ativa pode ser realizada mesmo antes de esgotar o prazo fixado por lei para pagamento;
- b) Os juros devem ser inscritos em procedimento diverso do principal, sob pena de ilidir a liquidez da dívida;
- c) A dívida regularmente inscrita goza da presunção absoluta de certeza e liquidez;
- d) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, exceto na hipótese de terem sido reservados, pelo devedor, bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita.

30) Com relação à certidão negativa de tributos, assinale a alternativa correta:

- a) A certidão negativa expedida com dolo ou culpa, que contenha erro contra a Fazenda Pública, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo crédito tributário e juros de mora acrescidos;
- b) Independentemente de disposição legal permissiva, será dispensada a prova de quitação de tributos, ou o seu suprimento, quando se tratar de prática de ato indispensável para evitar a caducidade de direito, respondendo, porém, todos os participantes no ato pelo tributo porventura devido, juros de mora e penalidades cabíveis, exceto as relativas a infrações cuja responsabilidade seja pessoal ao infrator;
- c) Tem os mesmos efeitos da certidão negativa aquela em que conste a existência de créditos em curso de cobrança executiva no curso do prazo para a efetivação da penhora;
- d) A sentença de julgamento de partilha ou adjudicação independe da prova da quitação de tributos relativos aos bens do espólio, pois o ônus da cobrança é da Fazenda Pública.